



Edglan Lima Ferreira

O ano da abolição no Ceará

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador:

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo

**Redenção
2015**

Edglan Lima Ferreira

O ano da abolição no Ceará

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovada em [dia] de [mês extenso] de 2015

Banca examinadora:

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo
Instituto de Humanidades e Letras
UNILAB

Prof.^a Dr.^a Larissa Oliveira e Gabarra
Instituto de Humanidades e Letras
UNILAB

Prof. Dr. Robério Américo do Carmo Souza
Instituto de Humanidades e Letras
UNILAB

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira

**Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos CRB-3 / 1219

F441a Ferreira, Edglan Lima.

O ano da abolição no Ceará. / Edglan Lima Ferreira. – Redenção, 2015.

45 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo.
Inclui Tabelas e Referências.

1. Escravidão – Ceará – História. 2. Ceará – história – abolição da escravidão. I. Título

CDD 323.07

Agradecimentos

A Deus, por ter me dado força e saúde para superar as dificuldades. Ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pois através dele após dez anos pude estudar em uma universidade; ao sistema de seleção SISU, à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e a todos os professores por terem me proporcionado todo acesso ao conhecimento, que foi e será de grande importância para a continuidade de minha vida profissional. A todos os meus amigos que foram de grande importância no decorrer desses quase dois anos, mas gostaria de agradecer em especial a três amigos que estiveram de forma direta em minha vida acadêmica, Raimundo Hugo, conhecido carinhosamente por nós como “Hugo”, Danilo e Mikeias, que sempre estavam disponíveis para ajudar a qualquer tempo. Após estes agradecimentos, vou me dedicar agora ao meu orientador, pois ele soube repassar todo seu conhecimento acadêmico para o desenvolvimento do meu trabalho.

Quero deixar toda a minha admiração a ele, pois além de orientador ele foi amigo e companheiro, soube de forma grandiosa lidar com as minhas dificuldades, me orientando da maneira correta e entendendo os meus problemas. Toda essa dedicação que ele teve comigo foi de um grandioso valor para mim e foi preponderante para o desenrolar e conclusão da pesquisa. Obrigado por tudo.

E nunca considerem seu estudo como uma obrigação, mas sim como uma oportunidade invejável de aprender, sobre a influência libertadora da beleza no domínio do espírito, para seu prazer pessoal e para o proveito da comunidade à qual pertencerá o seu trabalho futuro...

Albert Einstein

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de analisar o movimento abolicionista cearense entre janeiro de 1883 e meados de 1884, através das páginas do *Libertador*, jornal criado pela Sociedade Cearense Libertadora no ano de 1881. Através dessa análise pude fazer um painel do movimento de emancipações em massa que acontecia por todo território cearense, no âmbito de um movimento em favor das libertações de todos cativos existentes na província. Analisando os dados apresentados pelo *Libertador* e comparando-os com os números do censo populacional de 1872 para a província, nota-se que nos primeiros meses de 1883 houve uma tímida onda de libertações, restrita a locais em que a quantidade de escravos em relação ao total da população era pouco relevante. A maior parte das emancipações ocorreu nos meses finais do movimento, de janeiro a março de 1884. Este trabalho aborda ainda a autorrepresentação do movimento abolicionista cearense através das páginas de seu principal órgão de propaganda, e a forma como o jornal utilizou as primeiras emancipações municipais, pouco significativas numericamente, como instrumento de pressão em relação aos municípios em que ainda existiam escravos.

Palavras-chave:

Ceará – história – abolição da escravidão, 1884;

Escravidão – Ceará;

Escravos – emancipação – Ceará;

Sociedade Cearense Libertadora;

Libertador (Fortaleza, CE).

Abstract

The present work aims at analyzing the Abolitionist movement in Ceará from January 1883 to the middle of 1884, in the pages of *Libertador* (*Liberator*), a newspaper founded in 1881 by the *Sociedade Cearense Libertadora* (Ceará Liberator Society). By means of this analyses I could sketch a panel of the movement of mass emancipations which was being carried about all along the territory of Ceará, in the frame of a movement in favor of manumitting all persons still enslaved within the Province. Analyzing data presented by the *Libertador* and comparing them to the numbers of the 1872 population census concerning the province, one notes that in the first months of 1883 there was a timid wave of manumissions, restricted to places in which the numbers of slaves in relation to the total population were of little relevance. Most of the emancipations took place in the last months of the movement, from January to March 1884. This work deals also with the self-representation of the Abolitionist movement in Ceará, conveyed in the pages of its main propaganda instrument, and the way by which the newspaper made use of the first municipal manumissions, little significant numerically, as an instrument of pressure against those municipalities where there still were slaves within.

Keywords:

Ceará – History – Slave abolition, 1884;

Slavery – Ceará;

Slaves – emancipation – Ceará;

Sociedade Cearense Libertadora;

Libertador (Fortaleza, CE).

Sumário

Introdução.....	8
1 A primeira onda de emancipações.....	17
2 A segunda onda de emancipações.....	27
Conclusão.....	40
Referências bibliográficas.....	44
Fundos e séries documentais.....	45

Introdução

O tráfico de escravos que iniciava-se na costa da África, foi por muito anos um negócio rentável. O Brasil fez parte desse comércio, aqui terminava a travessia que não era das mais fáceis, muitos morriam antes de chegar aos seus destinos, vitimados pelas condições precárias da viagem. Terminado o comércio, iniciava-se a experiência da escravidão: os escravos eram usados em diversos trabalhos, desde a lavoura de cana-de-açúcar, passando pela mineração, pela pecuária, pela produção de café, bem como por trabalhos urbanos de todo tipo.¹

Segundo Schwartz, as condições de trabalho nos engenhos baianos no século XVII eram paupérrimas. Faltava o básico, como roupas e alojamento adequado. Essas situações, combinadas, segundo, Schwartz com a exaustão do serviço, tornavam bastante difícil o dia a dia da maior parte dos escravizados.² Além do difícil cotidiano nos engenhos Brasil afora, havia outros tipos de escravidão: a escravidão doméstica onde os escravos tinha a função de realizar tarefas no interior da casa de seu senhor, como arrumar casa, cuidar das crianças e organizar as refeições, dentre outras. Existia também o escravo de aluguel e o de ganho: o primeiro era alugado a terceiros para trabalhar em minas ou em fazendas, o segundo trabalhava por sua própria conta em diversas funções caracteristicamente urbanas, oferecendo livremente seus serviços como carregadores, barbeiros, aguadeiros, lavadeiras de roupas e vendedores de rua, a troco de um pagamento periódico fixo, previamente ajustado, com o senhor.³ As experiências da escravidão podiam ser muito variadas, mas para a maioria, nos engenhos, nas minas e nas fazendas de café, a precariedade da vida e a exploração extrema eram o comum. Segundo Schwartz, os escravos baianos sofriam com alta taxa de mortalidade e a baixa taxa de fertilidade. A expectativa de vida era de 23 anos. Se compararmos com a dos escravos norte-americanos, que era de 35 anos de vida notaremos que os escravos que viviam em solo brasileiro viviam em média 12 anos menos. Segundo Schwartz, “a norma era usar os

¹ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter, *Uma história do negro no Brasil*, Salvador: CEAO; Brasília: Fundação Cultura Palmares, 2006.

² SCHWARTZ, Stuart B., Trabalho e cultura: vida nos engenhos e vida dos escravos, in: *Escravos, roceiros e rebeldes*, Bauru: Edusc, 2001, p. 89-121.

³ ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, *Uma história do negro no Brasil*; REIS, João; SILVA, Eduardo, SILVA, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989; CARVALHO, Marcus J. M., De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850, *Afro-Ásia*, Salvador, n. 29-30, p. 41-78, 2003; REIS, João, A greve negra de 1857 na Bahia, *Revista USP*, São Paulo, n. 18, p. 7-29, 1993.

escravos em regime de produção máxima, baixando os custos e mantendo um esquema de trabalho intensivo”.⁴

Mas não podemos imaginar a experiência da escravidão como sendo o domínio absoluto do senhor, pois temos que registrar o momento de autonomia conquistado pelos escravos. Funes fala da brecha camponesa, cita como sendo conquista de espaços de autonomia e a constituição da família como sendo uma das formas de tentativa de quebra do sistema a qual os escravos estavam sujeitos.⁵ A família não era, segundo Funes, apenas privilégio dos senhores, mas, os escravos mesmo de forma difícil conseguiam constituir grupos familiares no ambiente das senzalas, daí notamos formas de socialização que poderiam amenizar os horrores da escravidão. Schwartz cita os dias santos como sendo uma forma de busca de autonomia, pois eram usados como momentos de liberdade. Quando os senhores tentavam negar esses pequenos momentos, surgiam pequenos conflitos, que na maioria das vezes findavam com a volta do dia santo. Esses feriados eram usados pelos escravos para trabalhar em suas lavouras para a produção de alimentos para seu próprio sustento, o excedente era comercializado nas feiras e o lucro poderia ser usado para a compra de sua liberdade ou a de parentes. A oportunidade de trabalhar em sua própria lavoura trazia a chance de conviver livremente e de se socializar com outros escravos, podemos aí registrar uma pequena liberdade. Não podemos imaginar a escravidão como um ambiente somente de tortura, mas também como um jogo de negociação, apesar dos senhores terem o poder de exercer a força sobre os escravos, não poderiam usar, pois estes tinham meios de se rebelar contra seus senhores, o que poderia desestruturar o sistema. Apesar de os senhores estarem em uma posição mais favorável em relação aos escravos, eles necessitavam negociar, pois aqueles poderiam sabotar a fabricação dos produtos, o que acarretaria no comprometimento dos lucros.⁶

É necessário analisar como se deu todo o jogo de negociação e resistência dentro da escravidão, pois durante todo o processo os escravos resistiram ao sistema ao qual estavam sujeitos. Uma das formas de resistência eram as fugas. Os escravos fugiam para quilombos com dois objetivos: eles buscavam reconquistar algumas conquistas adquiridas antes como folgas em dias santos que eram usados para trabalhar em suas lavouras ou para realizarem rituais religiosos, com a volta do benefício eles retornavam ao engenho. As fugas radicais ou

⁴ SCHWARTZ, Trabalho e cultura, p. 92-93.

⁵ FUNES, Eurípedes Antonio, Negros no Ceará, in: SOUZA, Simone (Org.), *Uma nova história do Ceará*, Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000, p. 103-132.

⁶ SCHWARTZ, *Escravos, roceiros e rebeldes*, p. 99.

de rompimentos tinham objetivo de quebrar realmente os vínculos com o sistema. Eduardo Silva mostra que não era simples romper com o sistema: se o medo de uma insurreição fazia parte do cotidiano senhorial, fugir do sistema também não era uma tarefa fácil, pois o sistema de escravidão existia em todo território. A forma de resistência vinha de acordo como era o momento, muitas vezes o escravo preferia fugir somente o tempo necessário para acalmar os ânimos do senhor e retornar quando tudo tinha normalizado ou quando o senhor voltava atrás em alguma decisão que tinha tomado anteriormente e que tinha retirado alguma conquista dos escravos.⁷ As leis emancipatórias foram uma forma de sair de forma gradual e lenta do sistema escravista. Leis como a de 7 de novembro de 1831, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil, a Lei Eusébio de Queiroz, de 4 de setembro de 1850 e a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, foram conquistas que ajudaram ou mesmo foram preponderantes para o fim da escravidão no Brasil, chegando mesmo a induzir algumas modificações estruturais no sistema.

A Lei de 7 de novembro de 1831 declarava em seu art. 1º: “Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres”. Apesar de não ter sido efetivamente posta em prática, essa lei foi um pontapé inicial para a extinção do comércio transatlântico de escravos. Após essa primeira lei, outras surgiram e foram aprovadas, todas com o objetivo de assegurar um fim lento, gradual e seguro para o tráfico e para a escravidão.

A Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil, previa que o seu cumprimento iria garantir o fim da escravidão no território em cinquenta anos sem desequilibrar o sistema comercial do país, já que essa era uma das preocupações dos governantes da época. Emília Viotti destaca que mesmo com a aprovação da lei registraram-se várias entradas de embarcações transportando escravos, mas destaca também que, ao contrário da lei de 1831, ela intensificou com mais rigor o combate ao tráfico, pois traficar escravos para o Brasil se tornou equivalente ao crime de pirataria.⁸

A Lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, dava garantias legais maiores aos escravos. Ela previa que todos os filhos de escravas que nascessem após a data de sua promulgação, ao completar oito anos de idade, ficavam sujeitos a dois destinos a serem escolhidos pelos senhores de sua mãe: ou eram declarados libertos ou iriam trabalhar até os vinte e um anos de idade para esse senhor. Direitos como o de comprar a

⁷ SILVA, Eduardo, Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação, in: REIS e SILVA, *Negociação e conflito*, p. 62-78.

⁸ COSTA, Emília Viotti da, *Abolição*, 5. ed., São Paulo: Global, 1994.

própria alforria independente da vontade do senhor, o cadastro e a criação de um fundo monetário para emancipar escravos, controlado pelo governo imperial, foram conquistas vindas com a promulgação dessa lei. Até então a alforria era uma prerrogativa exclusiva do senhor, a partir dali o escravo poderia recorrer à justiça e requerer a liberdade através do pagamento de um valor determinado pelo o juiz ou mesmo sem indenização se comprovasse sofrer maus tratos. Com essa prerrogativa estendida aos escravizados, foram registradas várias petições nos fóruns das cidades contendo denúncias de maus tratos e ações de liberdade.⁹

Havia um grande receio de abolir de vez o trabalho escravo no território brasileiro. Acreditava-se que isso poderia desestruturar o sistema comercial do país. Tinha-se a ideia de que os donos de propriedades não teriam meios para assegurar os lucros com o plantio e mercadorias de exportação sem a mão de obra escrava, de modo que a extinção do elemento servil era vista como o fantasma que assombrava os donos de terras e de escravos. Além desse fantasma, Wlamyra Albuquerque mostra que existia também a crença de que a introdução de negros em solo brasileiro era prejudicial ao desenvolvimento do país.¹⁰ Albuquerque apresenta três exemplos nos quais negros estavam tentando entrar em território brasileiro. O primeiro refere-se a dezesseis comerciantes africanos, com passaportes ingleses, vindos da costa da África a bordo do navio Paraguassú com intuito de fazer comércio no Brasil, os quais chegando na Bahia foram proibidos de desembarcar. O segundo foi o de um americano de cor branca que adquiriu terras no interior de São Paulo, mais precisamente em Campinas, e que pretendia trazer uma jovem negra livre juntamente com seus filhos para morar no Brasil. O americano foi informado que era proibido o tráfico de escravos para o país, e teve que se envolver em uma batalha judicial ao fim da qual, mesmo a negra não sendo escrava, ficou impedido de trazê-la para morar na terra adquirida. Finalmente, em 1877 alguns empresários tentaram trazer imigrantes negros livres norte-americanos para trabalhar nas terras brasileiras, chegando a enviar um relatório para o Conselho de Estado — órgão responsável por ajudar o imperador a decidir assuntos no mínimo delicados e que estavam em linha de discussões da época. Chegando o relatório com a proposta nem sequer foi cogitada a discussão sobre o assunto, pois os Estados Unidos da América tinham acabado de sair de uma guerra civil. Como nos conta Albuquerque, a escravidão tinha sido abolida na América do Norte, então o Brasil não via com bons olhos a possibilidade de vinda de homens de cor para trabalhar em solo brasileiro. Segundo Albuquerque, tanto Eusébio de Queiroz quanto Joaquim

⁹ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e liberto na Bahia, 1870-1910*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 41-43.

¹⁰ ALBUQUERQUE, Wlamyra R., *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Nabuco, conhecidos abolicionistas, eram contra a introdução de homens de cor no Brasil. Existia no país naquela época uma barreira à introdução de negros, que eram vistos como indutores do atraso do país. Segundo esse ponto de vista, a extinção da raça negra, e a imigração de homens brancos, eram a solução para tirar o país do atraso de três séculos. Então esses exemplos expostos por Albuquerque e Fraga Filho nós da a possibilidade de análise e perceber qual era a política que estava surgindo para a resolução do problema referente a escravidão, e a questão do país que se queria ter no futuro, uma país livre da escravidão, mas também, livre dos homens de cor, apontados como sendo os responsáveis pelo atraso do país.

O abolicionismo não significava necessariamente, portanto, uma defesa da igualdade racial. Era um movimento complexo composto de muitas correntes, incluindo tanto descendentes de escravos, como José do Patrocínio, André Rebouças ou Luís Gama, que lutavam pelos direitos de negros e mestiços na justiça, explorando as possibilidades jurídicas abertas pela lenta sucessão de leis que restringiam o tráfico e a escravidão no século XIX, quanto membros das classes abastadas que viam a escravidão e a alta percentagem de negros na população brasileira como empecilhos ao desenvolvimento do país, informados por concepções liberais e raciais do progresso.

De toda forma, havia uma agenda comum. Em 1883, Joaquim Nabuco propôs a criação de um partido abolicionista. Para ele, essa agremiação deveria reunir um grupo interessado em denunciar a grande vergonha que atrasava o nosso país. O elemento servil, que foi por trezentos anos explorado pelos grandes proprietários, seria agora representado por um grupo que não se deixaria levar por dissensões internas e nem por acordos que pudessem vir a beneficiar a seus membros, mas que buscaria benefícios que contribuíssem para extinção da chaga que tanto envergonhava o país, a escravidão.¹¹ No mesmo ano, diversos grupos reuniram-se na Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro e lançaram um manifesto dirigido aos governantes pedindo que a abolição fosse decretada imediatamente.¹² Vários eram os discursos que, carregados de denúncias, mostravam os motivos para o país abolir de vez a escravidão.

Nesse mesmo ano, já em janeiro, a pequena cidade cearense de Acarape, atual Redenção, foi a primeira a libertar seus escravos dentre todas as localidades do império do Brasil. No ano seguinte, em 25 de março de 1884, a província do Ceará terminou de libertar

¹¹ NABUCO, Joaquim, *O abolicionismo*, Petrópolis: Vozes, 2012, p. 15-20.

¹² *MANIFESTO da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta da Tarde, 1883, <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01280400>>.

quase todos os escravos existentes em seu território, quatro anos antes da Lei Áurea, que em 13 de maio de 1888, tornou libertos todos os escravos do país. Entender o processo de emancipações em massa que tomou o território cearense no espaço de um ano e meio é um dos meus objetivos neste trabalho.

* * *

Em 1879, estava-se já no terceiro ano em que a seca se alastrava pela província, a peste matava milhares de pessoas, mas nem a desordem que tomou conta da província juntamente com a fome e as doenças, como varíola e beribéri, tiraram segundo Girão as “virtude inerentes do povo do sertão”. Além de todos esses problemas, o porto de Fortaleza era palco de embarques de vários escravos para os cafezais do sul do império, pois segundo o testemunho contemporâneo de Rodolfo Teófilo, dois mil e noventa e nove escravos saíram “em direção ao infinito azul do mar rumo aos cafezais do sul”. O povo estava tão vulnerável aos perigos da seca, que morreram em um só ano na cidade de Fortaleza, segundo Girão, 56.791 pessoas. Se esse número for comparado à população total da cidade, de 124 mil habitantes, temos a noção do tamanho da tragédia experimentada pelo povo do Ceará nos três anos de seca.¹³

Aquele ano poderia ser uma data como qualquer outra, mas era o oitavo ano de aniversário da Lei do Ventre Livre. Foi em homenagem a essa conquista, que nasceu a sociedade Perseverança e Porvir, exatamente no dia 28 de setembro de 1878. O grupo era composto por dez pessoas que tinha o objetivo de angariar fundos para libertação de escravos, “a sociedade manteria um fundo de emancipação, que ia sendo alimentado com a contribuição espontânea dos associados e uma percentagem nos ganhos obtidos em cada operação mercantil”.¹⁴ Faziam parte do grupo, segundo Girão, José Correia do Amaral, que foi sócio com seu irmão de uma casa de ferragem; José Teodorico de Castro, que exercia funções comerciais como empregado na Casa Boris Freire; Joaquim José de Oliveira Filho, vendedor de livros que montou a famosa Livraria Oliveira, localizada na Praça do Ferreira e conhecedor de diversas línguas; Antônio Dias Martins Júnior, que foi caixeiro e funcionário da alfandega;

¹³ GIRÃO, Raimundo, *Abolição no Ceará*, 3. ed. melhorada, Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, p. 71.

¹⁴ *Ibidem*.

Antônio Cruz Saldanha, que foi sócio com o irmão de uma casa comercial de Fortaleza; José Barros da Silva, fundador da Bolsa do Comércio; Francisco Florêncio de Araújo, que foi comerciante de tecido na Praça do Ferreira e posteriormente empregado da Companhia Ferrocarril, encerrando na Casa Boris Freire; Antônio Soares Teixeira Júnior, de quem Girão não aponta a ocupação; Manuel Albano Filho, filho de um dos sócios da firma Albano & Irmão, uma das maiores importadoras do Ceará; e Alfredo Salgado, que havia estudado na Europa, tendo sido caixa da “casa inglesa” (como era conhecida a filial local da Singleshurst & Cia, de Liverpool), guarda-livros na empresa Salgado, Sousa & Cia e intérprete do inglês no âmbito das empresas comerciais da praça de Fortaleza.¹⁵ A faixa etária do grupo era de 21 a 36 anos. Todos estavam ligados ao comércio, seja como proprietários e investidores, seja como gerentes e funcionários graduados da praça comercial de Fortaleza. Podemos, assim, afirmar que eram pessoas que faziam parte das camadas médias urbanas da sociedade cearense na época.

No dia 8 de dezembro de 1880, parte do grupo envolvido no Perseverança e Porvir fundou a Sociedade Cearense Libertadora, com diretoria composta por João Cordeiro, José Correia do Amaral, Frederico Borges, Antônio Bezerra de Menezes, Manuel Portugal, Justino Francisco Xavier, João Crisóstomo da Silva Jataí, José Caetano da Costa, João Carlos da Silva Jataí, João Batista Perdigão de Oliveira e Eugênio Marçal, e mais 225 sócios.¹⁶

No ano seguinte, em primeiro de janeiro de 1881, nascia o jornal *Libertador*, órgão criado pela Sociedade Cearense Libertadora cearense com o objetivo de denunciar e divulgar os anseios dos abolicionistas. De publicação quinzenal, custava 40 réis cada exemplar o mesmo preço do jornal liberal da época, *Cearense*, diferente dos outros dois jornais que circulava na província, *Gazeta do Norte* (60 réis) e *A constituição* (100 réis).¹⁷ Sua assinatura anual custava 10\$000 (dez mil réis). Continha 8 páginas, sua primeira aparição teve dezoito números publicados semanalmente, até o dia 26 de agosto, além de duas edições comemorativas (uma pela lei de 28 de setembro de 1871 e pelo surgimento da Perseverança e Porvir, e outra pela comemoração do primeiro ano da fundação da Sociedade Cearense Libertadora, no dia oito de dezembro de 1881), totalizando vinte edições. O jornal, que era impresso na Tipografia Cearense, retornaria somente no ano seguinte após uma pausa de quinze meses, em novembro de 1882, agora impresso na Rua Major Facundo, número 56.

¹⁵ GIRÃO, *Abolição no Ceará*, p. 74.

¹⁶ *Idem*, p. 87-88, 93.

¹⁷ *Cearense*, 4 jul. 1883, n. 138, p. 1; *Gazeta do Norte*, 8 jul. 1880, n. 1, p. 1; *A constituição*, 5 fev. 1882, n. 57, p.1.

Tinha como redatores Antônio Martins, Antônio Bezerra de Meneses e José Teles Marrocos, e como colaboradores Frederico Borges, Justiniano Serpa, Martinho Rodrigues, Almino Alvares Afonso, Abel Garcia e João Lopes. Após o processo de emancipações em massa entre 1883 e 1884, que foi considerado o fim da escravidão na província, o jornal prosseguiu como órgão vinculado às ideias republicanas, mudando em 1892 seu nome para *A República*.¹⁸

O *Libertador* seria o divulgador dos acontecimentos relacionado ao movimento de emancipação dos escravos no Ceará. Em suas páginas seriam proferidos discursos enaltecendo a atitudes favoráveis a libertação dos escravos em território cearense, bem como denunciando atitudes contrárias ao movimento de emancipação. Analisando as páginas pude notar vários discursos que enalteciam as libertações que vinham acontecendo no interior da província, discursos esses que vinham carregados de anseios que elogiavam as posições tomadas pelas cidades em relação ao elemento servil, ou seja, favorável à libertação dos escravos. Várias autoridades importantes usaram o órgão para dar suas opiniões em relação à escravidão, pessoas como Satyro Dias, presidente da província no ano da libertação, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e vários outros.

O objetivo geral deste trabalho é analisar o o movimento abolicionista cearense, através do jornal *Libertador*, especificamente entre janeiro de 1883, quando foram libertados os escravos de Acarape, e meados de 1884, quando foram libertados os últimos escravos da província do Ceará. Através deste estudo, pretendo revisar como se deu o processo das emancipações municipais, por meio das quais foi realizada a emancipação de milhares de escravos em um curto período de tempo.

No primeiro capítulo intitulado “A primeira onda de emancipações”, faço um relato de como se iniciou o movimento em prol de libertação dos escravos ainda existentes na província cearense, de modo a traduzir em números o significado dessas primeiras libertações, aproveitando para observar a composição do movimento abolicionista nos municípios e suas ligações com o movimento provincial. Acompanho o movimento em ordem cronológica, bem como aponto os números de escravos libertados até aquele momento e quantos ainda faltava para a total libertação dos escravos no Ceará. Já no segundo capítulo, intitulado “A segunda onda de emancipações”, tento mostrar como foram retomadas as libertações após a pausa registrada no segundo semestre de 1883. Analiso alguns dos discursos veiculados pelo jornal, em busca da autorrepresentação do movimento e de sua utilização como instrumento de

¹⁸ GIRÃO, *Abolição no Ceará*, p. 121-126.

pressão contra os municípios em que ainda havia escravos. Tendo em vista que apenas nesse segundo momento foram libertados cerca de 85% dos escravos ainda existentes na província entre 1883 e 1884, observo que entre os últimos municípios a aderir à onda emancipacionista estavam aqueles em que o peso da população escrava no conjunto da população era maior, o que pode indicar uma maior dependência econômica da mão de obra escrava.

1 A primeira onda de emancipações

O jornal *Libertador* carregava a responsabilidade de denunciar a escravidão na província, possuía um quadro que tinha como lema a frase “a escravidão é um roubo”, que pode ser visualizada abaixo. Durante todo o ano 1883 até próximo de 25 de março de 1884, podemos notar vários números que contêm esse quadro, que tinha como objetivo divulgar os municípios que tinham libertado seus escravos. Porém, além desse, existia outro objetivo, denunciar os municípios que ainda não tinham tomado a mesma atitude.

O “quadro de luz” adiante (Ilustração 1) foi exposto nas páginas do jornal *Libertador* no dia 14 de março de 1884, já muito próximo da emancipação dos escravos na província, mais precisamente no número cinquenta e oito, na página dois. Ele vem nos mostrar como estava o estado na época, nos dando a real situação dos municípios perante a escravidão. De acordo com o quadro podemos ter uma noção clara de quantos municípios já tinham libertados seus cativos até meados de 1884.

Ilustração 1. “Quadro de luz” segundo o Libertador, em 14 de março de 1884¹

QUADRO DE LUZ		
★ A escravidão é um roubo.		
MUNICIPIOS LIVRES	Datas de suas libertações	Escravos existentes em 1884—Relatório do senador P. Leão Velloso
1 Acarape	1 de Janeiro de 1883	115
2 S. Francisco	2 de Fevereiro	427
3 Pacatuba	2 “	218
4 Ico'	25 de Março	731
5 Baturité	25 “	789
6 Maranguape	20 de Maio	847
7 Soure	3 de Junho	
8 Fortaleza	21 de Maio	1,273
9 Mecejana	20 “	
10 Aquiraz	23 “	449
11 Pedra-Branca	8 de Junho	157
12 Pereiro	27 de Setembro	465
13 Vigosa	29 “	323
14 Canindé	4 de Outubro	516
15 Pentecoste	8 de Dezembro	
16 S. Pedro de Ibiap. ^a)	11 de Outubro	135
17 S. Benedicto		
18 Varzea-Alegre	22 “	153
19 S. Matheus	27 de Dezembro	499
20 Brejo-secco	31 “	1,132
21 Jaguaribe-mirim	31 “	559
22 Trahiry	1 de Janeiro 1884	219
23 Sobral	2 “	2,300
24 Santa Quiteria		820
25 Aracaty	2 de Janeiro	1159
26 União	2 “	
27 Cachoeira	8 “	500
28 Lavras	8 “	768
29 Tamboril	18 “	614
30 Sant'Anna	26 “	941
31 Independencia	28 “	301
32 Camocim	31 “	413
33 Cascavel	31 “	807
34 Morada-Nova	31 “	367
35 Acarahu'	31 “	440
36 S. Bernardo	2 de Fevereiro	1972
37 Granja	10 “	413
38 Quixeramobim		1924
39 Boa-Viagem		
40 Iguatã (Telha)		251
41 Maria Pereira		438
42 Barbalha		356
43 Palma		414
44 Riacho do Sangue		451
45 Quixadá		298
46 Príncipe Imperial		127
47 S. João do Príncipe		978
48 Imperatriz		882
49 Crato		835
50 Ipù		736
51 Assaré		512

¹ *Libertador*, n. 58, 14 mar. 1884, p. 2.

Antes de mostrar como foi esse movimento, será de suma importância dizer como se davam essas libertações. A Lei do Ventre Livre trouxe para os escravos vários benefícios, como o direito de conseguir a liberdade se porventura o seu senhor estivesse torturando-os, a prerrogativa do escravo comprar sua liberdade por um preço determinado em juízo e a criação de um fundo de emancipação. No Ceará, segundo Girão, três anos antes da lei, a resolução provincial de número 1.254, datada de 28 de dezembro de 1868, durante a gestão de Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, autorizava o uso pelo poder executivo da quantia de 15:000\$000 (quinze contos de réis) para libertar escravos, os vinham nascendo e de preferência do sexo feminino. Essa cota seria distribuída para várias comarcas da província.² Segundo Girão, em fins do ano de 1882, em Fortaleza, a Sociedade Cearense Libertadora e os grupos em prol da libertação dos escravos em Acarape, organizaram uma subscrição para angariar fundos para libertar o restante de escravos ainda existentes na vila. Foram registradas várias assinaturas com as doações para contribuir para que Acarape fosse o primeiro vilarejo do Brasil a libertar os seus escravos.³

Através das páginas do *Libertador* pude notar várias festas organizadas pelas sociedades que vinha sendo criadas, as festa tinha o objetivo de divulgar a libertação naquele município ou mesmo como uma forma de divulgação do movimento, e durante essas festas eram realizadas doações em dinheiro para o movimento abolicionista cearense. Participavam dessas festas diversas sociedades que lutava em prol da libertação dos escravos no Ceará, pude notar em vários periódicos a participação de outras sociedades nas festas de cidades vizinhas e principalmente da Sociedade Cearense Libertadora. Um exemplo que veremos e na libertação de Canindé, à qual estavam presentes a Sociedade Cearense Libertadora e a Sociedade Libertadora de Baturité.

As libertações eram realizadas através de doações de particulares, através de saraus e leilões, mas também através do fundo de emancipação disponibilizado pelo poder executivo. Todos esses recursos eram arrecadados pelas sociedades libertadoras com a finalidade de libertação dos escravos. Analisando as páginas do jornal pude notar que durante todo o ano de 1883 até 25 de março de 1884 foram criadas diversas sociedades locais ou regionais, que tinham o objetivo de arrecadar fundos e cadastrar os escravos para as libertações em cada vilarejo ou cidade em solo cearense. Na maioria das festas era possível notar, segundo as páginas do jornal, a presença e participação das sociedades das cidades

² GIRÃO, *Abolição no Ceará*, p. 63-64.

³ *Idem*, p. 146-149.

vizinhas e da Sociedade Cearense Libertadora, assim como aconteceu na cidade de Acarape no início do ano de 1883. Podemos notar, através do quadro acima, que se desencadeou em solo cearense um “onda” de libertações que irá culminar com o 25 de março, data que marca simbolicamente a libertação total do elemento servil na província.

Como mostra o quadro, podemos notar que a cidade de Acarape (115 escravos) foi a primeira a libertar a totalidade de seus cativos em janeiro de 1883. Em fevereiro foi a vez dos municípios de São Francisco (427) e Pacatuba (218 escravos). Ali, quem ficou responsável pelas subscrições foi Rodolfo Teófilo, e em São Francisco, Filipe Sampaio.⁴ Para o mês de março ficaram os municípios de Icó (731) e Baturité (789 escravos). Seguindo o nosso panorama, no mês de maio foi a vez da cidade de Maranguape (847), e as vilas de Messejana (não sabemos a quantidade) e Aquiraz (449 escravos).

A grande capital do estado escolheu o dia 24 de maio de 1883 para libertar seus últimos escravos. A data foi atribuída a uma importante rua no centro da capital cearense, e foi imortalizada através do quadro do pintor José Irineu de Sousa, intitulado “Fortaleza Liberta”, que tenta expressar todo o ambiente de festividade do dia, em moldura com as medidas 2,65x2,65, exposta atualmente no Museu do Ceará. A libertação dos escravos de Fortaleza (1.273 escravos) foi obtida através de subscrições arrecadas pelos envolvidos na causa, por meio de uma comissão montada para isso. As contribuições chegaram a 6:000\$000 (seis mil contos de réis). Girão nos conta que Dona Carlota, esposa de João Cordeiro, ofereceu seu bens particulares, como brincos que estava usando no momento, para contribuir para o ato de libertação.⁵

Prosseguindo com nosso panorama no ano de 1883 e chegando à metade do ano, foi a vez de Soure (não sabemos a quantidade) e Pedra Branca (157 escravos), em junho. Levando em consideração o quadro apresentado no jornal *Libertador*, nos meses de julho e agosto deu-se uma pausa nas emancipações. Até esse momento tinham sido libertados os escravos em 11 cidades, perfazendo o total de 5.006 emancipações, como mostra a tabela abaixo (Tabela 1).

⁴ *Idem*, p. 169.

⁵ *Idem*, p. 177-181.

Tabela 1. Emancipações em massa no Ceará, jan.-jun. 1883⁶

Municípios	Escravos emancipados
Acarape	115
São Francisco [Uruburetama]	427
Pacatuba	218
Icó	731
Baturité	789
Maranguape	847
Messejana	(?)
Aquiraz	449
Fortaleza	1.273
Soure	(?)
Pedra Branca	157
TOTAL (11 municípios)	5.006

Quando comparamos esses números com os números do censo populacional de 1872, podemos tirar algumas conclusões sobre a dinâmica da escravidão na última década de sua existência na província do Ceará, e sobre o próprio movimento das emancipações em massa.

Tabela 2. População total, livre e escrava por município, 1872

Posição	Município	População Total	Livres	Escravos
1	Sobral	35.109	32.662	2.447
3	Fortaleza	35.013	33.304	1.439
3	Crato	28.543	27.820	783
4	Baturité	27.132	26.388	744
5	Assaré	25.541	24.814	727
6	Serra dos Cocos do Ipu	24.669	23.972	697
7	Cascavel	22.839	22.003	836
8	Imperatriz	22.665	21.019	838
9	Viçosa	19.683	19.341	342
10	Missão Velha	19.623	19.323	300

⁶ *Libertador*, n. 58, 14 mar. 1884, p. 2.

Posição	Município	População Total	Livres	Escravos
11	Telha	18.532	17.922	613
12	Granja	18.081	17.212	844
13	Maria Pereira	17.581	16.992	589
14	Quixeramobim	16.525	15.202	1.323
15	Lavras	16.278	15.865	413
16	Maranguape	16.271	15.626	645
17	Príncipe	15.979	14.706	1.273
18	São Mateus	15.527	15.078	449
19	São Bernardo das Russas	15.340	14.041	1.299
20	Icó	14.592	13.807	785
21	Jardim	14.143	13.890	253
22	Várzea Alegre	13.922	13.538	384
23	Milagres	13.747	13.180	567
24	Aquiraz	13.632	13.150	482
25	Limoeiro	13.397	12.478	919
26	Santana do Acaraú	13.374	12.346	1.028
27	Acaraú	12.823	12.464	359
28	Barbalha	12.775	12.360	415
29	Pereiro	12.350	11.846	504
30	Uruburetama	12.309	11.902	407
31	Canindé	12.281	11.844	437
32	Cachoeira	12.267	11.092	1.175
33	Acarape	11.865	11.725	140
34	Tamboril	11.727	11.029	697
35	Santa Quitéria	11.225	10.297	928
36	Boa Viagem	9.880	9.442	438
37	Quixadá	9.232	8.629	603
38	Arneiroz	9.048	8.172	876
39	Palma	8.072	7.557	515
40	Paracuru	7.974	7.805	142
41	Pentecoste	7.781	7.595	186
42	União	7.643	7.239	404
43	Pacatuba	7.067	6.801	266
44	Jardim-Mirim	6.943	6.503	440
45	Saboeiro	5.621	5.125	496

Tabela 3. Maiores e menores concentrações absolutas de escravos por município, 1872

Posição	Município	Escravos	Escravos na população total
1	Sobral	2.447	7,0%
2	Fortaleza	1.439	4,1%
3	Quixeramobim	1.323	8,0%
4	São Bernardo das Russas	1.299	8,5%
5	Príncipe	1.273	8,0%
6	Cachoeira	1.175	9,6%
7	Santana do Acaraú	1.028	7,7%
8	Santa Quitéria	928	8,3%
9	Limoeiro	919	6,9%
10	Arneiroz	876	9,7%
11	Granja	844	4,7%
12	Imperatriz	838	3,7%
13	Cascavel	836	3,7%
14	Icó	785	5,4%
15	Crato	783	2,7%
16	Baturité	744	2,7%
17	Assaré	727	2,8%
18	Tamboril	697	5,9%
19	Serra dos Cocos do Ipu	697	2,8%
20	Maranguape	645	4,0%
* * *			
35	Uruburetama	407	3,3%
36	União	404	5,3%
37	Várzea Alegre	384	2,8%
38	Acaraú	359	2,8%
39	Viçosa	342	1,7%
40	Missão Velha	300	1,5%
41	Pacatuba	266	3,8%
42	Jardim	253	1,8%
43	Pentecoste	186	2,4%
44	Paracuru	142	1,8%
45	Acarape	140	1,2%

Tabela 4. Maiores e menores concentrações relativas de escravos por município, 1872

Posição	Município	Escravos	Escravos na população total
1	Arneiroz	876	9,7%
2	Cachoeira	1.175	9,6%
3	Saboeiro	496	8,8%
4	São Bernardo das Russas	1.299	8,5%
5	Santa Quitéria	928	8,3%
6	Quixeramobim	1.323	8,0%
7	Príncipe	1.273	8,0%
8	Santana do Acaraú	1.028	7,7%
9	Sobral	2.447	7,0%
10	Limoeiro	919	6,9%
11	Quixadá	603	6,5%
12	Palma	515	6,4%
13	Jardim-Mirim	440	6,3%
14	Tamboril	697	5,9%
15	Icó	785	5,4%
16	União	404	5,3%
17	Granja	844	4,7%
18	Boa Viagem	438	4,4%
19	Fortaleza	1.439	4,1%
20	Milagres	567	4,1%
* * *			
35	Várzea Alegre	384	2,8%
36	Acaraú	359	2,8%
37	Crato	783	2,7%
38	Baturité	744	2,7%
39	Lavras	413	2,5%
40	Pentecoste	186	2,4%
41	Jardim	253	1,8%
42	Paracuru	142	1,8%
43	Viçosa	342	1,7%
44	Missão Velha	300	1,5%
45	Acarape	140	1,2%

No censo de 1872 Acarape aparece com 140 escravos, com uma população total de 11.865 pessoas. Se observarmos o percentual de escravos sobre a população total veremos que apenas 1,8% da população do município vivia na condição de escravidão. Acarape fica em último lugar no ranking da escravidão no Ceará, tanto em número de escravos quanto em importância relativa dos escravos no conjunto da população. Uma década depois, no “quadro de luz” do jornal *O Libertador* no ano de 1883, Acarape aparece como sendo o primeiro município da província a libertar seus escravos em massa, num total de 115 pessoas. Notamos aí uma redução de apenas 25 escravos nesse período. Fortaleza, por outro lado, aparece na segunda posição entre as cidades com maior população em 1872, com 35.013 habitantes, dos quais 1.439 eram escravos. Em termos relativos, os escravos eram 4,1% da população da capital, o que a colocava na vigésima primeira posição em importância relativa da população escrava sobre o conjunto da população. Onze anos depois do censo, Fortaleza apresenta, no “quadro de luz”, 1.273 escravos, ocupando a quinta colocação em número de escravos libertados. Fazendo a comparação entre o “quadro de luz” e o censo de 1872, teremos uma redução de 166 escravos nessa década.

Baturité aparece no “quadro de luz” libertando seus últimos 789 escravos. Em 1872, era o quarto maior município da província, com 27.132 habitantes no total, incluindo livres e escravos. Mas, em termos da importância da população escrava no conjunto da população, Baturité ocupa a trigésima oitava colocação. Seus 744 escravos representavam apenas 2,7% do total dos habitantes. Notamos até esse momento que a população escrava nessas cidades, vilas e vilarejos que participaram da primeira onda da emancipação no Ceará, entre janeiro e junho de 1883, não era expressiva se comparada ao total da população. Mesmo em locais onde havia um maior número absoluto de escravos, como Fortaleza, a presença escrava no conjunto populacional era pequena. Era quase igual à de Maranguape, cujos 645 escravos representavam 4,0% da população em 1872.

Dentre os municípios que participaram da primeira onda de libertações, Icó é o que tinha o maior percentual de escravos na população em 1872: seus 785 escravos equivaliam a 5,1% da população, o que lhe colocava na décima quinta colocação entre as maiores concentrações escravas da província em termos percentuais. Os municípios que lideravam a lista, Arneiroz e Cachoeira, tinham quase dez por cento de sua população vivendo sob o cativo (respectivamente 9,7 e 9,6%).

Posso a partir desses dados tirar a conclusão que já no ano de 1872 a população escrava no Ceará vinha em grande queda, pois todas as cidades até aqui analisadas tinham

uma população livre superior a 95% do total. Esses números refletem a situação no conjunto da província, que tinha, em 1872, apenas 4,5% de escravos no total de sua população. Já analisando as porcentagens de escravos temos os seguintes resultados; Acarape 1,8%, Fortaleza 4,1%, Baturité 2,7%, Maranguape 4,0%, Pacatuba 3,7%, Aquiraz 3,5%. Nenhum dos municípios que participou da primeira onda da libertação no Ceará tinham, em 1872, entre 1,8% a 4,1% de escravos em sua população.

Girão aponta que um dos fatores para que a cidade de Acarape fosse sido escolhida para ser a primeira libertar seus escravos entre todas as cidades cearenses foi o pequeno número de escravos existentes em seu solo, pois como vimos Acarape estava entre as que menos possuía escravos. Em 1883 eram 115, segundo o “quadro de luz” do *Libertador*. Podemos estender essa interpretação ao notar que, em todos os municípios que libertaram seus escravos na primeira onda de emancipações, entre janeiro e junho de 1883, o percentual de escravos era baixo, o que sugere a pouca importância da escravidão na economia local.

Este capítulo se propôs analisar o período de 1 de janeiro até junho de 1883, quando houve uma pausa no movimento de emancipações em massa, como mostra o quadro de libertações do jornal *Libertador*. Ao observarmos o “quadro de luz”, mostrando todos os municípios cearenses que libertaram seus escravos em 1883, chegamos ao total de 33.120 escravos libertados ao longo do ano. Até agora, acompanhamos a libertação de 5.006 escravos, apenas 15% dos escravos que foram libertados naquele ano. Os demais 85%, ou 28.114 escravos, seriam libertados nos últimos meses do ano, o que mostra como a primeira onda de libertações foi pequena em relação ao que estava por vir. O próximo capítulo irá dar continuidade à narrativa das libertações, dos meses finais de 1883 até o ano de 1884, precisamente até o mês de março, quando se encerram as libertações no solo cearense, com a emancipação de todos os escravos existentes então na província.

2 A segunda onda de emancipações

Neste capítulo iremos acompanhar as libertações nos municípios e vilarejos que ainda faltava libertar seus cativos, além de analisar os discursos veiculados pelo movimento abolicionista no decorrer desse processo que durou apenas sete meses. Mesmo tendo sido libertados vários escravos nos seis meses que constituíram a primeira onda de emancipações, de janeiro a junho de 1883, ainda restava, como vimos no capítulo anterior, muito a percorrer até chegar a total libertação dos escravos na província cearense. A pausa entre as duas ondas de emancipações durou dois meses. Após ter analisado as libertações até o mês junho de 1883, começo este capítulo em setembro. No dia 27 de setembro de 1883, ocorreu uma festa para celebrar a emancipação em massa dos escravos de Pereiro (465 escravos), e dois dias depois foi a vez da cidade de Viçosa (323 escravos).

No dia 4 de outubro de 1883 foi estampada nas páginas do *Libertador* o relato da festa emancipatória na cidade de Canindé, que viu seus últimos 516 escravos serem libertados:

O município de Canindé é teatro nesse momento de uma festa imponente e civilizadora. Extinta a escravidão em seu território um intenso júbilo irrompe de todos os corações, tornando o dia 04 de outubro uma data imortal.¹

Discursos como esse tinham o objetivo de expor o grande feito realizado pelos envolvidos na causa do respectivo município. Mostravam o dia da libertação como uma data de exaltação que iria ficar marcada e serviria de exemplo para a cidade vizinha que ainda possuía escravos a fazer o mesmo. O dia 4 de outubro de 1883 foi bastante importante para o município, pois essa data além de ser escolhida para ser o dia da libertação é também a comemoração ao padroeiro da cidade, São Francisco de Canindé. Houve uma grande festa religiosa na qual o vigário José Laurindo dos Santos, que presidia a Sociedade Libertadora de Canindé, celebrou a novena antes de iniciar os festejos em comemoração à libertação do município do elemento servil. Analisando as páginas do *Libertador* pude notar que em várias sociedades que vinham sendo criadas na província contavam com padres ocupando o cargo de presidente ou integrando a diretoria.

Na edição do periódico de número 176, do ano de 1883, na página 3, a sociedade responsável pela emancipação na cidade de Assaré contava com um vigário como presidente.

¹ *Libertador*, n. 217, 1883, p. 2.

Assim como Assaré, Boa Viagem contava com um vigário como presidente; já Acarape tinha um padre como membro da diretoria. Daí podemos ter a dimensão da participação da Igreja Católica nessas libertações, ou seja, havia o apoio da Igreja nesses municípios. Uma instituição que contribuiu por muitos anos para a escravidão, aqui era vista como uma das colaboradoras da libertação dos escravos em alguns municípios, como se pode notar na citação abaixo:

Nas grandes festas libertadoras desta nobre província, o habito celestial asculta sempre com beijos da religião os actos solenes das vitorias da liberdade.²

Estavam sempre presentes nas festas os principais representantes políticos e pessoas influentes na sociedade local. Em Canindé, foram citados os vereadores do município, as senhoras representantes da Sociedade Cearense Libertadora, e personalidades como Antônio Bezerra, Frederico Borges e José Marrocos, além das senhoras representantes da Sociedade Libertadora de Pentecoste e da Sociedade Libertadora de Baturité. Essa grande festa de exaltação dos discursos abolicionistas e dos atos humanitários encerra a minha descrição de como foi o ato da libertação dos cativos na cidade de Canindé. No decorrer do mês foram libertados os escravos de mais três municípios: São Pedro de Ibiapina (135 escravos), no dia 11; São Benedito (não sabemos a quantidade) e Várzea Alegre (153 escravos), ambos no dia 22 de outubro.

Pentecoste (não sabemos a quantidade), São Mateus (499), Jaguaribe-Mirim (550) e Brejo Seco (1.430 escravos) foram os últimos a realizar emancipações em massa no ano de 1883. Primeiro foi Pentecoste no dia 8, depois São Mateus e, para encerrar, as cidades de Brejo Seco e Jaguaribe-Mirim foram os que por último extinguiram a escravidão em seus territórios, exatamente no dia 31 de dezembro de 1883. Gostaria de dar ênfase não às cidades que escolheram o dia 31 de dezembro para encerrar a escravidão em suas delimitações, mas Pentecoste, sobre a qual pude encontrar, nas páginas do *Libertador*, referência a uma grande festa e um sentimento de libertação por parte dos envolvidos no ato.

O município de Pentecoste entrou radiante de luz no quadro honroso dos municípios livres da província.³

Essa citação mostra a credibilidade e a importância que se dava ao quadro de libertação dos escravos, que era colocado frequentemente nas páginas do jornal *O Libertador*,

² *Libertador*, n. 223, 1883, p. 2.

³ *Libertador*, n. 273, 1883, p. 2.

pois ele funcionava como uma espécie de denúncia aos municípios que ainda não tinham demonstrado a vontade de libertar seus escravos. Era uma verdadeira contagem regressiva para a libertação dos escravos ainda existentes na província, pois, a cada mês, mais e mais cidades aderiam à causa iniciada pelo município de Acarape em 1º de janeiro de 1883.

Foi uma festa completa, o povo em massa afluiu ao acto solene da declaração de liberdade a todos escravos do município: ergueu-se arcos de triunfo; enfeitou-se de bandeiras e afinal exprimiu seu imenso contentamento em expansões as mais entusiasmáticas.⁴

A citação mostra a libertação como uma grande festa popular. O jornal tenta passar a ideia de que o povo estava atuante junto ao movimento. *O Libertador*, como vimos até aqui, é um órgão pertencente a um grupo de pessoas que estavam envolvidas na libertação dos escravos, e que era usado como arma de divulgação dos acontecimentos que interessassem ao grupo que estava por trás do movimento; então temos que ler com um pouco de desconfiança. Mesmo que as notícias divulgadas falem na participação popular nas festas de libertação, temos que estar atentos para o fato de que o objetivo dessas festas era precisamente o de chamar atenção e divulgar o movimento. A notícia no jornal como festa envolvendo a população poderia ser uma forma de chamar a atenção das pessoas que possuíam escravos para aderir o movimento.

O ano de 1883 iniciou-se com a libertação dos escravos de Acarape, vivenciou uma primeira onda de libertações em massa, em locais em que havia em geral poucos escravos e em que a população escrava era pouco ou muito pouco importante no conjunto da população. Após uma pausa de dois meses, viu nascer a segunda e última onda de libertações e encerrou com os municípios de Brejo Seco e Jaguaribe-Mirim no dia 31 de dezembro. 1883 ficou marcado como sendo o ano que deu início à emancipação do elemento servil em solo cearense, que iria influenciar a total libertação dos cativos na província no ano seguinte.⁵

No ano de 1884 dar-se-ia continuidade à onda de libertação, pois mesmo que um grande número de cidades e vilarejos já houvessem libertado seus cativos ainda havia muito a se fazer. Muitos municípios ainda precisavam entrar nesse “quadro de luz”. Continuando com a saga abolicionista, agora durante o ano de 1884, registra-se logo em primeiro de janeiro a emancipação dos cativos de Trairi (249 escravos). Ainda no dia seguinte, foi a vez dos municípios de Sobral (2.309), Santa Quitéria (820), Aracati (1.159 escravos) e União (não

⁴ *Libertador*, n. 274, 1883, p. 2.

⁵ GIRÃO, *Abolição no Ceará*, p. 197.

sabemos a quantidade). Uma semana depois, no dia 8 de janeiro, foi a vez das cidades de Cachoeira (500) e Lavras (768 escravos). No dia 18 Tamboril emancipou seus escravos (614); no dia 26 foi a vez de Sant'Ana (941) e Independência (301), e para encerrar o mês de janeiro, no dia 31 os municípios de Cascavel (807), Camocim (413), Morada Nova (367) e Acaraú (440 escravos).

Aqui percebemos a continuidade e a aceleração da segunda onda do movimento, iniciada em 27 de setembro. Começam a ser tocados não apenas os municípios com maior quantidade de escravos, quanto aqueles para os quais a percentagem da população escrava sobre a população total era mais significativa.

Dando início ao mês de fevereiro, no dia 2 foi a vez de São Bernardo de Russas (1.972) e no dia 10, Granja (413 escravos). A partir de então o “quadro de luz” não mostra mais o dia exato da libertação nos municípios seguintes, mostrando somente o mês. Para o mês de fevereiro ficaram registrados no quadro os respectivos municípios: Quixeramobim (1.924), Boa-Viagem (não sabemos a quantidade), Iguatu (Telha) (251), Maria Pereiro (438), Barbalha (356), Palma (414), Riacho do Sangue (451), Quixadá (298), Príncipe Imperial (127) e São João do Príncipe (978 escravos). Dando início ao grande mês, que encerrará com o grande feito realizado pelos abolicionistas cearenses, foi a vez da cidade de Imperatriz (882), seguida por Crato (835), Ipu (736) e Assaré (512), como podemos notar no quadro, no qual consta todos os 58 municípios cearenses que libertaram seus escravos.

Na edição de 17 de março de 1884 foi colocada a notícia que mais municípios aderiam à causa abolicionista:

Por comunicações unicamente chegadas sabe-se que não existem mais escravos nos municípios de Limoeiro, Campo Grande e Missão Velha.⁶

Mesmo com a libertação dessas cidades, restavam ainda três cidades para que se pudesse celebrar o fim da escravidão na província, as quais irão aparecer na edição de número 63, de 25 de março de 1884 como municípios livres, como pode ser confirmado na ilustração abaixo.

Restam apenas três municípios para a completa libertação da província que são: Jardim, Milagres e Armeiroz.⁷

⁶ *Libertador*, n. 60, 1884, p. 1.

⁷ *Libertador*, n. 60, 1884, p. 2.

Ilustração 2. “Quadro de luz” segundo o Libertador, em 25 de março de 1884⁸

1871
VISCONDE
DO
RIO-BRANCO
Grande
BAHIANO.

LIBERTADOR

ORGAN DA SOCIEDADE CEARENSE

LIBERTADORA

1852
DR. PEDRO
PEREIRA
DA SILVA GUIMARÃES
Grande
CEARENSE.

Anno IV.

Fortaleza,—Terça-feira 25 de Março de. 1884.

N. 63.

HOMENAGEM A PROVINCIA DO CEARÁ

PELA LIBERTAÇÃO TOTAL DOS SEUS ESCRAVISADOS.

SOCIEDADE PERSEVERANÇA E PORVIR.

MUNICIPIOS LIVRES

QUADRO DE LUZ

A escravidão é um roubo.

MUNICIPIOS LIVRES	Data de suas libertações	Escravos existentes em 1881—Relatório do senador P. Leão Velloso
1 Acarape	1 de Janeiro de 1883	115
2 S. Francisco	2 de Fevereiro	427
3 Pacatuba	25 de Março	731
4 Icoá	25 de Maio	780
5 Itaurubé	20 de Maio	847
6 Maranguapé	3 de Junho	
7 Soure	24 de Maio	1,273
8 Fortaleza	20 de Maio	440
9 Mecejana	23 de Maio	497
10 Aquinaz	28 de Junho	465
11 Pedra-Branca	27 de Setembro	323
12 Pereiro	20 de Setembro	516
13 Viçosa	4 de Outubro	135
14 Camindé	8 de Dezembro	153
15 Pentecoste	11 de Outubro	499
16 S. Pedro de Ibiap.	31 de Maio	565
17 S. Benedicto	31 de Maio	550
18 Varzea-Alegre	1 de Janeiro 1884	219
19 S. Mathheus	2 de Janeiro	2,383
20 Brejo-secco	2 de Janeiro	610
21 Jaguaribe-nurim	2 de Janeiro	1150
22 Trahiry	8 de Janeiro	500
23 Sobral	8 de Janeiro	708
24 Santa Quitéria	8 de Janeiro	614
25 Aracaty	8 de Janeiro	
26 União	8 de Janeiro	
27 Caciloeira	8 de Janeiro	
28 Lavras	8 de Janeiro	
29 Tamboril	8 de Janeiro	

SOCIEDADE CEARENSE LIBERTADORA

FUNDADA EM 8 DE DEZEMBRO

DE

1880.

SOCIEDADE DAS CEARENSES LIBERTADORAS

MUNICIPIOS LIVRES

QUADRO DE LUZ

A escravidão é um roubo

MUNICIPIOS LIVRES	Data de suas libertações	Escravos existentes em 1881—Relatório do senador P. L. Velloso
30 San'Anna	26 de Janeiro de 1884	911
31 Independencia	28 de Janeiro	301
32 Camocim	31 de Janeiro	413
33 Cascavel	31 de Janeiro	807
34 Morado-Nova	31 de Janeiro	367
35 Acarahu'	31 de Janeiro	440
36 S. Bernardo	2 de Fevereiro	1972
37 Granja	10 de Fevereiro	413
38 Quixeramobim		1924
39 Boa-Viagem		251
40 Iguaçu (Telha)		438
41 Maria Pereira		356
42 Barballa		414
43 Palma		451
44 Hicho do Sangue		298
45 Quissadá		127
46 Principe Imperial		978
47 S. João do Principe		882
48 Imperatriz	Março	835
49 Grato		783
50 Ipiú		512
51 Assaré		355
52 Missão-Velha		608
53 Limoeiro		565
54 Saboeiro		210
55 Campo-Grande		978
56 Arneiroz		466
57 Jardim		586
58 Milagres		

Após realizar todo esse panorama, pode-se notar que durante todo o período que se inicia em setembro com a cidade de Pereiro e vai se encerrar no dia 25 de março com a total libertação da província, houve uma espécie de efeito dominó, o qual foi de extrema importância para a libertação dos escravos existentes na província. A consequente adesão de várias cidades durante todo esse período é bastante importante para entender como se deu a libertação dos cativos no Ceará. As formas colocadas em prática, como essas libertações eram

⁸ *Libertador*, n. 63, 25 mar. 1884, p. 1.

realizadas, como festa popular e em praça pública, tinha o intuito de chamar a atenção dos envolvidos na problemática.

Verificando as páginas do *Libertador* pode-se notar a importância que se dava à atitude tomada por outras cidades perante a escravidão. Saber realmente qual era a ação adotada por um respectivo município era de grande importância e iria influenciar de forma explícita a posição que as cidades vizinhas iriam tomar. Com sua grande missão de levar notícias relacionadas à libertação do elemento servil na época, o *Libertador* fazia o papel de uma grande porta por onde se alcançavam as ideias e anseios das pessoas que lutavam para a total libertação dos escravizados na província.

* * *

Esse panorama é importante, pois nos mostra que a libertação total dos cativos não foi de forma rápida e isolada, mas foi uma causa que envolveu quase toda a província, para a qual várias cidades e vilarejos se uniram. Quando falamos em libertação dos escravos no Ceará, temos que lembrar não só da província, mas também registrar a mobilização dos municípios, que foi de extrema importância para o resultado final, na data de 25 de março de 1884, que foi a total libertação dos cativos na província. Nesse processo, a grande arma de denúncia foi o discurso proferido no jornal *Libertador*.

Levando todo esse processo em números temos os seguintes resultados. Durante o mês de setembro foram libertados ao todos 788 escravos (cerca de 2,4% de total de libertações), em outubro foram 804 (2,4%) e em dezembro foram 2.479 escravos (7,5%). Iniciando o ano de 1884 o mês de janeiro foi o mês em que mais libertaram escravos, levando em conta o “quadro de luz” do *Libertador*. Foram 9.688 libertações (29,3%). Já para fevereiro temos a soma de 7.622 escravos emancipados (23,0%). E para o último mês ficou a quantidade de 6.733 cativos a serem libertos (20,3%).

Tabela 5. Total de emancipações por mês no Ceará, 1883-1884⁹

Ano	Mês	Escravos emancipados	
		Número	Percentual
1883	janeiro	115	0,4%
	fevereiro	645	1,9%
	março	1.520	4,6%
	abril	-	-
	maio	2.569	7,8%
	junho	157	0,5%
	julho	-	-
	agosto	-	-
	setembro	788	2,4%
	outubro	804	2,4%
	novembro	-	-
	dezembro	2.479	7,5%
1884	janeiro	9.688	29,3%
	fevereiro	7.622	23,0%
	março	6.733	20,3%
Total		33.120	100,0%

Notamos no capítulo anterior que nos meses iniciais das libertações em massa em solo cearense, foram sendo libertos os cativos dos municípios que possuíam pequenas quantidades de escravos, bem como pouco importância relativa da população escrava sobre o conjunto da população. O exemplo maior é Acarape, como nos lembra Girão. Um dos fatores preponderantes para o município ser escolhido como o primeiro a libertar seus escravos foi a questão da quantidade de cativos existente em seu solo. Podemos notar que nos três meses que iniciaram as libertações no ano de 1883 foi emancipada apenas uma pequena parcela de escravos por mês, totalizando 6,9% das libertações; já nos três últimos meses do período deu-se uma grande aceleração, concentrando-se aí 72,6% das emancipações. Analisando a tabela acima podemos notar que ainda existiam bastantes escravos a serem libertos nos meses que antecederam o 25 de março, pois entre dezembro de 1883 e março de 1884 foram libertados 26.522 escravos, ou seja, foi nos quatro últimos meses do período de emancipações massivas que se libertaram a maior parte dos cativos existentes no Ceará, mais de quatro quintos dos escravos registrados no “quadro de luz”.

⁹ *Libertador*, 1883-1884.

Temos que lembrar que esses dados são do total dos escravos no “quadro de luz”, referentes ao período 1883-1884, e não estão sendo contrastados com os números de pessoas livres, disponíveis para o ano de 1872. Na tabela 2, no capítulo anterior, vimos que Sobral (35.109), Fortaleza (35.013), Crato (28.543), Baturité (27.132), Assaré (25.541), Ipu (24.669), Cascavel (22.839), Imperatriz (22.665), Viçosa (19.683) e Missão Velha (19.623 habitantes, entre livres e escravos) eram os dez municípios mais populosos da província em 1872. Se contrastarmos os dados em porcentagem, iremos notar variações de posições. Sobral aparece como sendo o município mais populoso, em termos das maiores concentrações de escravos sobre a população total, ela perde sua posição para Arneiroz, onde viviam 9.048 pessoas, das quais 876 eram escravos.

Sobral aparece no censo de 1872 com 2.447 escravos. Mesmo tendo uma população escrava maior que a de Arneiroz em números absolutos, quando observamos a porcentagem da população escrava em cada município, vemos que a economia de Sobral parece ser menos dependente de mão de obra escrava do que a de Arneiroz, cuja população escrava em 1872 chegava a 9,7% da população, contra 7,0% em Sobral. As cidades do Crato, Baturité e Missão Velha todas aparecem na tabela 2 entre as dez mais populosas, mas quando consideramos a importância relativa da população escrava elas saem do topo da lista. O Crato, com uma população de 783 escravos, contava apenas com 93 escravos a menos que Arneiroz, mas a importância da população escrava sobre a população livre era de apenas 2,7%, pouco menos de quatro vezes menor que a de Arneiroz. Da mesma forma, observamos a pouca importância relativa da população escrava no município de Baturité, com 2,7% de escravos no total da população de 27.132 habitantes, mas apenas 132 escravos a menos que Arneiroz. Onde podemos notar uma mudança brusca de posição nas tabelas analisadas é no município de Missão Velha, pois ela passa da décima posição no quadro das cidades mais populosas para a penúltima posição entre as menores concentrações percentuais de escravos na população total. Apontando uma população de 19.623 e com 300 escravos em suas terras, ela é a que menos possuía escravos em porcentagem depois de Acarape. As maiores cidades cearenses eram provavelmente centros economicamente importantes, mas sua população escrava em 1872 não era muito significativa se levarmos em conta o censo daquele ano.

Por outro lado, a maior parte das cidades que tinham um alto percentual de escravos em sua população em 1872 estavam entre as últimas a libertar seus escravos, em 1884. Significativamente, Arneiroz estava entre as três últimas cidades que resistiam a emancipar seus últimos cativos.

Contrastando a variação entre o número de escravos encontrado no censo de 1872 e aquele registrado entre 1883 e 1884 no “quadro de luz” do jornal *Libertador*, podemos ter uma ideia da dinâmica da escravidão na sua última década no Ceará.

Tabela 6. Localidades que reduziram sua população escrava de 1872 a 1883-1884

Localidade	1872 ¹⁰	1883-1884 ¹¹	Redução	
			Número	Percentual
Várzea Alegre	384	153	231	60,2%
Iguatu (Telha)	613	251	362	59,1%
Cachoeira	1.175	500	675	57,4%
Granja	844	413	431	51,1%
Quixadá	603	298	305	50,6%
Limoeiro	919	608	311	33,8%
Assaré	727	512	215	29,6%
Maria Pereiro	589	438	151	25,6%
São João do Príncipe	1.273	978	295	23,2%
Palma	515	414	101	19,6%
Pacatuba	266	218	48	18,0%
Acarape	140	115	25	17,9%
Barbalha	415	356	59	14,2%
Tamboril	697	614	83	11,9%
Santa Quitéria	928	820	108	11,6%
Fortaleza	1.439	1.273	166	11,5%
Santana	1.028	944	84	8,2%
Pereiro	504	465	39	7,7%
Icó	785	731	54	6,9%
Aquiraz	482	449	33	6,8%
Sobral	2.447	2.309	138	5,6%
Viçosa	342	323	19	5,6%
Cascavel	836	807	29	3,5%
Total (23 localidades)	17.951	13.989	3.962	22,1%

¹⁰ BRASIL. Diretoria Geral de Estatística, *Recenseamento do Brazil em 1872: Ceará*, Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?].

¹¹ *Libertador*, 1883-1884.

Procurei colocar todas as cidades, vilas ou vilarejos que aparecem nas duas fontes. Aqueles que aparecem somente em uma ou em outra preferi deixar fora. Podemos notar que existiam vinte e três localidades que somando atingem a quantidade de 17.951 escravos em 1872, nos quais houve uma redução total de 3.962 escravos, quando se contrasta com o quadro de luz em março de 1884.

A tabela seguinte mostra os territórios que aumentaram a quantidade de escravos nesse período, que chegam a 18, no conjunto dos quais foram acrescentados 2.582 escravos entre 1872 e 1883-1884.

Tabela 7. Localidades que aumentaram sua população escrava de 1872 a 1883-1884

Localidade	1872 ¹²	1883-1884 ¹³	Redução	
			Número	Percentual
Lavras	413	768	355	86,0%
Trairi	142	249	107	75,4%
São Bernardo de Russas	1.299	1.972	673	51,8%
Quixeramobim	1.323	1.924	601	45,4%
Maranguape	645	847	202	31,3%
Acaraú	359	440	81	22,6%
Missão Velha	300	355	55	18,3%
Canindé	437	516	79	18,1%
Saboeiro	497	565	68	13,7%
Arneiroz	876	978	102	11,6%
São Mateus	449	499	50	11,1%
Crato	783	835	52	6,6%
Baturité	744	789	45	6,0%
Jardim	440	466	26	5,9%
Ipu	697	736	39	5,6%
Imperatriz	838	882	44	5,3%
São Francisco	407	427	20	4,9%
Milagres	567	586	19	3,4%
Total (18 localidades)	11.216	13.834	3.962	35,3%

¹² BRASIL, *Recenseamento do Brazil em 1872*.

¹³ *Libertador*, 1883-1884.

Concluo esse raciocínio apontando que nesse período houve cidades que aumentaram e outras que reduziram seus cativos, o que não devemos esquecer é que não temos em mãos os dados populacionais em 1884, ano da libertação dos escravos existentes em território cearense. Mesmo cidades que possuíam uma população escrava pouco expressiva conseguiram reduzir significativamente o número de escravos. Um exemplo é Pacatuba, que contava em 1872 com 266 de escravos, representando 3,7% de sua população total, e reduzir 48 escravos ao longo da década que vai de 1872 a 1883-1884, o que reforça a pequena importância econômica da escravidão ali. Se em 1872 Pacatuba tinha 7.067 habitantes, provavelmente sua população total seria maior em 1884. Infelizmente não temos como contrastar, em 1883-1884, a quantidade de pessoas livres e escravas em cada município. No conjunto, a comparação indica que houve uma redução da população de escravos na província, mas em algumas cidades a população escrava aumentou em números absolutos.

Notamos no capítulo anterior que o período que inicia as libertações em solo cearense começou por alforrias em massa nos municípios que possuíam pequenas parcelas de escravos. Podemos notar que, nos primeiros meses do ano de 1883, quando começaram as libertações em massa, apenas uma pequena parcela do total de escravos da província foi emancipada. Nos quatro meses que antecederam registrou-se um grande aumento de escravos libertados.

Fazendo toda essa análise acerca do movimento abolicionista no solo cearense, não poderia de deixar de falar sobre a forma usada para desencadear o movimento, pois pude notar analisando o jornal *Libertador* que umas das formas foram os discursos proferidos por ocasião das festividades das emancipações nos municípios e a repercussão conferida pelo jornal. Analisando as páginas do *Libertador*, pude notar que os envolvidos na campanha de libertação dos escravos em solo cearense usaram as páginas do jornal para veicular discursos que iriam influenciar na decisão dos proprietários de escravos em alguns municípios em relação à libertação dos escravos.

Em particular, a cidade de Acarape foi usada em várias edições como um exemplo ou um modelo a ser seguido. O “quadro de luz” era outra das armas para impulsionar o movimento emancipacionista em solo cearense. Pude ler, em diversas edições do jornal, citações que apontavam o Ceará como o protagonista do movimento no Brasil:

Ao Norte e ao Sul do império a ideia abolicionista tem um culto sincero e produz milagres de patriotismo e abnegação. Cada província, cada município, cada cidade, em fim quer ter a glória de seguir o Ceará, abrindo nas montanhas da história mais um sulco de luz.¹⁴

A glória da província que, em seguida ao Ceará proclamar a abolição da escravatura será imortal, como a de quem segue arrebatando, um filantrópico exemplo.¹⁵

Podemos julgar que o fator seca e a inexistência de grandes lavouras que dependiam de mão de obra intensiva foram preponderantes para que o Ceará fosse pioneiro no conjunto do Império, mas o período da libertação dos escravos em solo cearense é de apenas quatro anos, contabilizados a partir da fundação da Sociedade Cearense Libertadora. Como um curto período de tempo pode ter influenciado numa causa tão séria e de grande importância como a libertação dos escravos? Provavelmente se a produção de café ou de outro produto em larga escala tivesse impedido a emancipação de todos os escravos da província ao fim de quatro anos. Mas é importante e necessário perceber a atuação intensa da Sociedade Cearense Libertadora, reconhecendo a força simbólica de seu feito e sua importância para o abolicionismo em outras províncias. O Ceará serviu como um trampolim para o desenrolar da problemática, para o fim de um sistema que há trezentos anos reinava em solo brasileiro.

Acarape, como já citado, foi a pioneira em libertar a totalidade de seus escravos, na província e no Brasil. Analisando as páginas do Libertador, pude verificar vários discursos realizados durante as libertações de algumas cidades, trechos que davam ênfase à atitude tomada pela Sociedade Libertadora de Acarape.

Ontem era o Acarape, que redimindo seus escravos, tornava-se o primeiro município do império, o começo de uma pátria livre, a terra prometida aos captivos brasileiros. Hoje, resgatado ao seu lado mais dez municípios inclusive a capital da província que era a cidadela do escravagismo recebe seu batismo de luz quase todas as vilas e cidades sertanejas, completando-se admiravelmente a glória do nome cearense.¹⁶

A citação dá destaque a Acarape, em um discurso que ressalta a influência e a importância que se dava na época a libertação dos escravos em outros municípios. Acarape é visto aqui como um exemplo a ser seguido. Os municípios que estavam entre os que tinham

¹⁴ *Libertador*, n. 77, 1884, p. 2.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ *Libertador*, n. 179, 1883, p. 2

libertado seus escravos estavam participando de uma admirável glória, porém se pensarmos na importância desses discursos iremos notar também uma espécie de denúncia.

O distrito de Beberibe livre!

A bandeira abolicionista tremula em todos os seus municípios, procurando libertar todos os seus escravos.

Os municípios de Acarape, Pacatuba, S. Francisco, Baturité, Icó, Maranguape, Aquiraz, e Fortaleza já são povos livres.¹⁷

O distrito de Beberibe, na época pertencente ao município de Cascavel, libertou seus escravos, e mais uma vez é citado nesse discurso os municípios de Acarape e Fortaleza como exemplos, dando grande ênfase a adesão de várias cidades, vilarejos e distritos do território cearense ao movimento libertador. Não posso deixar de falar do grande feito realizado pela cidade de Acarape, pois hoje umas das grandes cidades do Ceará como Sobral, já citava na época nas páginas do *Libertador* o município de Acarape em seus discursos de emancipação.

Não sabemos certo o dia designado para a grande solenidade, que há de tornar Sobral um município livre. Tão notável como o Acarape, tão imortal como Fortaleza.¹⁸

Após Acarape ter libertado os seus cativos em primeiro de janeiro de 1883, iniciou-se uma onda de libertações e discursos que objetivava promover o máximo possível de libertação em outros municípios, a sociedade abolicionista cearense usou esse feito como forma de política de libertação. Destaco aqui a importância que teve a primeira libertação ou mesmo o pontapé inicial que foi de grande importância para o movimento da época.

Joaquim Nabuco, entre outros intelectuais de expressão nacional, discursou enaltecendo a atitude tomada por Acarape, mas também pela província cearense, representando-a como um exemplo a ser seguido e conferindo a ela uma missão: a de expandir o movimento para todo o território brasileiro. Houve, segundo as páginas do *Libertador*, um enorme movimento em prol da libertação dos escravos em solo cearense, os discursos formando uma espécie de arma usada para expandir o movimento. A atitude tomada por uma determinada cidade foi de extrema importância para o desenrolar do movimento emancipacionista. Cidades como Acarape, a primeira, e Fortaleza, a capital e a primeira emancipação realmente significativa em números absolutos, serviram como exemplos.

¹⁷ *Libertador*, n. 150, 1883, p. 3.

¹⁸ *Libertador*, n. 152, 1883, p. 2.

Conclusão

Neste trabalho me propus analisar o movimento abolicionista no território cearense, que se iniciou em 1883 na cidade de Acarape. Pude, através das páginas em arquivo do jornal *Libertador*, criado pela Sociedade Cearense Libertadora no ano de 1881, acompanhar o processo de libertações em massa de escravos, que vai desde a libertação massiva na primeira cidade em solo cearense e brasileiro, até a data de 25 de março de 1884, data essa que foi a da libertação total da província, ou seja, quando os últimos municípios que ainda tinham escravos entre a sua população os libertaram. Pude perceber que houve um movimento bastante significativo que não podemos deixar de registrar. Qualquer pessoa que disponibilize tempo para se dedicar aos arquivos do período, irá notar várias citações que provam essa mobilização para libertação dos escravizados em vários municípios e vilarejos cearenses, demonstrando que a abolição da escravidão em solo cearense não foi de forma isolada ou feita por apenas um grupo de pessoas, mas por grupos espalhados pelo território da província.

Não posso deixar de registrar as consequências e influências causadas por uma determinada cidade representada por sua “sociedade libertadora”, pois pode-se notar que uma das formas de busca pela liberdade era a posição tomada por uma determinada cidade em relação à escravidão. O grande veículo para a articulação entre os vários grupos municipais e a direção da Sociedade Cearense Libertadora foi o jornal *Libertador*. Uma das indicações nesse sentido é o “quadro de luz”, sob o lema “A escravidão é um roubo”. Como já afirmei no primeiro capítulo, vários quadros foram expostos ao longo das edições do jornal, divulgando os municípios e vilarejos que aderiam à abolição e promoviam a emancipação dos escravizados em seu território. Esse quadro especialmente vinha não só como divulgador, mas como denunciador dos que ainda insistiam na continuidade da escravidão.

Os dados em números nos dão uma ideia de como estava a questão do elemento servil no Ceará naquele período. Consegui descobrir, através dos dados do censo de 1872, e contrastando-os com o “quadro de luz” do jornal *Libertador*, que houve uma queda no números de escravos em vários municípios e no conjunto da província. A análise teria sido mais completa se houvesse números disponíveis da população total de cada município na época das emancipações, mas acredito que a importância relativa da população escrava decresceu nessa última década, a partir de um aumento da população em todo o território provincial. Entretanto, houve municípios que registraram um aumento no número de escravos

em seu território, o que pode indicar a existência de atividades econômicas, ainda que pouco expressivas, que faziam uso da mão de obra escrava. No primeiro capítulo foram analisados os primeiros municípios que libertaram seus escravos. Após a comparação dos dados populacionais disponíveis, pude concluir que foram libertados um pequeno número de escravos, nos locais em que a escravidão era muito pouco importante, mas a forma como esse movimento foi feito e a maneira como foi divulgado pelo Libertador tiveram uma importância fundamental para o sucesso do movimento. Vimos, no capítulo dois, que o movimento apresentou uma forte aceleração nos meses que antecederam o dia 25 de março de 1884, ou seja, os últimos meses foram os mais intensos no processo de extinção da escravidão e de libertação massiva do “elemento servil”.

Os textos publicados no jornal da Sociedade Cearense Libertadora funcionavam como uma forma de denúncia, como uma arma para alcançar a libertação de todos os escravos da província. Todos vinham com uma carga de drama, repassando para o leitor da época ideias e tornando o movimento uma inspiração, um romantismo abolicionista. O objetivo da imprensa sempre foi realmente passar informações com um certo “charme” para despertar no leitor a curiosidade pela notícia.

No Ceará, como constatei, houve uma grande mobilização em apoio ao fim da escravidão através de sociedades libertadoras municipais, com apoio da população e de pessoas particulares. Faltava constatar qual a posição dos presidentes da província diante dessa mobilização. Em sua fala no ano de 1883 o então presidente, Barão de Guarajá, apontava o fundo de emancipação disponibilizado pelo poder executivo provincial como sendo uma das resoluções para o problema da escravidão. Ele apontava que, se fosse usado o fundo de emancipação e respeitada a Lei do Ventre Livre, em pouco tempo não haveria mais escravos em território cearense, ressaltando que a quarta cota da aplicação do fundo seria de grande importância na libertação total da província.¹⁹

Da mesma forma, Satyro Dias, Presidente da Província do Ceará no momento da libertação dos últimos escravos em solo cearense, em 1884, apontava a cota de emancipação como a solução para a libertação final dos cativos na província. Em sua fala primeira fala, repassava as aspirações de seu antecessor, ou seja, aplicar ativamente o fundo de emancipação

¹⁹ Ver os discursos dos Presidentes da Província do Ceará do período 1883-1884. Estados Unidos, Center for Research Libraries, Brazilian Government Documents, *Provincial Presidential Reports (1830-1930): Ceará*. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/ceara>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

provincial. Em sua segunda fala, em maio de 1884, na qual transmitia o governo da província para seu sucessor, Satyro Dias citava os dois governantes que presidiram o Ceará no período da emancipação juntamente com ele, registrando que todos tinham o mesmo pensamento, usar a cota do fundo de emancipação provincial como forma de libertação da província. Assim como houve uma mobilização em solo cearense no período que analisei em prol de libertações através de indenizações e também de libertações espontâneas, sem indenizações, podemos notar que entre os presidentes houve também a expressão do interesse em alcançar a libertação de todos os escravos da província, que foi dando credibilidade ao movimento de libertações em massa com indenizações, através do fundo de emancipação provincial.

Na minha pesquisa busquei acompanhar a onda de libertações em solo cearense, iniciada em janeiro de 1883 e finalizada em 25 de março de 1884 com as libertações em massa dos últimos municípios na província do Ceará. Entretanto, é preciso ressaltar que não houve nenhum tipo de legislação que proibisse a posse de escravos a partir dessa data no Ceará. Paulo Henrique de Sousa Martins, ao analisar o pioneirismo dos abolicionistas cearenses, encontra registros de escravos na província após 25 de março de 1884, especificamente na cidade de Milagres, onde, em 1886, havia ainda 298 escravos. Nessa data, houve donos de escravos que libertaram seus cativos com a condição de que eles permanecessem a seu serviço por mais três anos, ou seja, até o ano de 1989.²⁰ Por sua vez, Robert Conrad, a partir dos relatórios do Ministério da Agricultura, não registra cativos no Ceará em 1884 e 1885, mas aponta a presença de 108 escravos na província em 1887.²¹

Dessa forma, não poderia encerrar esta pesquisa sem esclarecer que, diferentemente do senso comum, o Ceará não aboliu a escravidão em seu solo no ano de 1884, apenas libertou em massa os escravos existentes em cada um de seus municípios, através de indenização a ser paga aos senhores por meio dos fundos de emancipação (provincial e imperial), e também de libertações espontâneas sem indenização.

Chego assim ao fim deste trabalho, o qual, segundo espero, poderá contribuir para pesquisas futuras, e talvez despertar a curiosidade de outros pesquisadores. Falar sobre o movimento abolicionista cearense é bastante instigador e gratificante, e envolve uma enorme problemática sobre a qual caberiam diversos outros estudos. Sobre o próprio movimento das

²⁰ MARTINS, Paulo Henrique de Souza, *Escravidão, abolição e pós abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no sertão cearense*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 26-44.

²¹ CONRAD, *Os últimos anos da escravidão*, p. 226-230.

libertações municipais e os discursos abolicionistas envolvidos, caberia um estudo mais minucioso, com mais tempo para esmiuçar toda a história e buscar informações preciosas a serem analisadas no contexto da história cearense.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *Algazarras nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1930)*. Campinas: Unicamp, 1999.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de e FRAGA FILHO, *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: CEAO; Brasília: Fundação Cultura Palmares, 2006, cap. III-VII.
- ASSUNÇÃO ALMEIDA, Mariana. *Escravidão e liberdade em Fortaleza, Ceará (século XIX)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil em 1872: Ceará*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?].
- CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira, *Olhar para além das efemérides: ser liberto no Ceará*. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Emília Viotti da. *Abolição*. 5. ed. São Paulo: Global, 1994 (história popular; 10).
- FERREIRA, Lusirene Celestino França. *Nas asas da imprensa: a repercussão da Abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885)*. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL (4., 2009, Curitiba). *Textos completos*. Curitiba: Grupo de Pesquisa A experiência dos africanos e seus descendentes no Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/lusireneferreira.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2015.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e liberto na Bahia, 1870-1910*. Campinas: Unicamp, 2004.
- FUNES, Eurípedes Antonio. *Negros no Ceará*. In: SOUZA, Simone (Org.) *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000. p. 103-132.
- GIRÃO, Raimundo. *Abolição no Ceará*. 3. ed. melhorada. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.
- MARTINS, Paulo Henrique de Souza. *Escravidão, abolição e pós abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no sertão cearense*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012

Fundos e séries documentais

Brasil, Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital

- LIBERTADOR: organ da Sociedade Cearense Libertadora. Fortaleza [CE]: Typ. do Libertador, 1881-1892. 53x37 cm. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/libertador/229865>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

Estados Unidos, Center for Research Libraries, Brazilian Government Documents

- Provincial Presidential Reports (1830-1930): Ceará. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/ceará>>. Acesso em: 17 abr. 2015.